



## Coluna do LFG: Judiciário ineficiente e moroso produz injustiça

Spacca

\* Após 24 longos anos, os médicos acusados de matar quatro pacientes em um hospital de Taubaté, após retirarem os rins das vítimas antes da constatação de morte cerebral, foram finalmente [julgados](#) e condenados em júri popular no dia 20 de setembro de 2011. Os crimes ocorreram em 1977.

Pior: a decisão ainda não transitou em julgado.

Quantos anos mais serão necessários para que venha o trânsito em julgado e os familiares das vítimas recebam resposta definitiva da Justiça? Aliás, justiça após 24 anos, como dizia Rui Barbosa, é injustiça!

Outra triste notícia: a morosidade do Judiciário está se agravando. Visando a analisar a produtividade de cada esfera da Justiça em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no estudo Justiça [em Números](#), divulgou o número de decisões proferidas por magistrado, bem como da relação entre a quantidade de processos resolvidos e a de casos novos.

Em 2010, a média de decisões proferidas por juiz em 1º Grau na Justiça Estadual foi de 1.336 (em 2009 este número era equivalente a 1.540). Isto significa queda de 13% na produção dos magistrados.

Considerando-se que o número de processos em primeira instância foi de 6 mil para cada juiz, a média da produção de cada magistrado em 2010 foi de apenas 22%.

Ou seja, mesmo com o aumento de 3,4% no número de juízes na Justiça Estadual (havendo 395 juízes a mais do que em 2009), a morosidade do Judiciário brasileiro permanece.

Os juízes não conseguem resolver quase 80% dos processos que lhe cabem e a quantidade de demandas novas supera a das julgadas. O resultado: casos que levam anos a fio para serem resolvidos, ainda que envolvam o bem mais precioso de todos, a vida.

A conclusão é simples: não basta um mero aumento no quadro dos magistrados. A estrutura judiciária deve ser fortalecida como um todo. É necessário mais funcionários, mais preparo, mais planejamento, desburocratização e, sobretudo, mais consciência da população para evitar os litígios judiciais (a cultura do acordo deve ser determinante!).

Tudo isso ainda é pouco, mas já significa um passo contra a morosidade e, conseqüentemente, contra a impunidade. Afinal, Judiciário ineficiente e moroso, é Judiciário que produz injustiça!

\* *Mariana Cury Bunduky é advogada e pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes.*

**Date Created**

03/11/2011

